

21ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL**EGP – EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.****NIRE: 52203475880 - CNPJ: 15.131.446/0001-22**

- a) – Altera Endereço da Sede da Sociedade;*
- b) – Admissão e Retirada de Sócios;*
- c) – Cessão de Quotas Intersócios;*
- d) – Nomeia e Destitui Diretores;*
- e) – Adequa Cláusulas de Interesse; e*
- f) – Consolida o Contrato Social.*

Por este instrumento particular,

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA. sociedade empresaria limitada, com sede na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº. 214, Sala 331-A, Bairro Jardim Madalena, Campinas-SP., CEP 13091-611, inscrita no CNPJ nº. 05.539.760/0001-95, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo–JUCESP, sob NIRE nº. 35.218.106.695, neste ato representada por seu sócio administrador RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157; e

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157.

ÚNICOS SÓCIOS da **EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, sediada na Rodovia BR-050, s/n, Km 245, Bairro Distrito de Pires Belo, Catalão-GO, CEP 75.714-300, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, NIRE 52203475880, e inscrição CNPJ nº. 15.131.446/0001-22; RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma do direito, proceder a presente Alteração Contratual e consolidar o Contrato Social, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: ALTERAR o endereço da sua sede social para a "**Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440**". Em razão disso o "caput" da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação, *mantendo-se inalterado o Parágrafo Único* da mesma:

Cláusula Segunda – A Sociedade tem sua sede na Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440; podendo abrir ou encerrar filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação de Sócios-Quotistas representando a maioria do capital social.

Cláusula Segunda: ADMITE-SE na sociedade, neste ato, o sócio **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077.

Cláusula Terceira: RETIRA-SE da sociedade nesta data, a sócia **GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA.**, *QUE CEDE E TRANSFERE A TÍTULO ONEROSO A INTEGRALIDADE DE SUAS QUOTAS*, num total de 49.995.000 (quarenta e nove milhões e novecentos e noventa e cinco mil) de quotas, de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo sua participação R\$ 49.995.000,00 (quarenta e nove milhões e novecentos e noventa e cinco mil reais), bem como, os direitos e deveres de Ativo e de Passivo a elas inerentes, aos sócios, sendo: ao sócio remanescente, **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, o total de 24.995.000 (vinte e quatro milhões e novecentos e noventa e cinco mil) de quotas, de R\$ 1,00 real cada; e ao sócio, ora admitido, **EDNILSON ARTIOLI**, o total de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de quotas, operando-se, destarte, para todos os fins, a plena e irrevogável quitação.

Cláusula Quarta: Os sócios expressam, *para fins de satisfação das condições definidas no Contrato Social Consolidado, especialmente, nas Cláusulas Sétima, Oitava e Décima-Quinta do mesmo*, consentimento unânime e autorizam a presente alteração, as mutações havidas no quadro societário, com a admissão / retirada de sócios e a cessão onerosa das quotas intersócios, procedidas as cláusulas anteriores. E declaram que foram cumpridos todos os requisitos, procedimentos e prazos exigidos para a validação das referidas transações.

Cláusula Quinta: Em razão da admissão e retirada de sócios e das cessões onerosas de quotas, procedidas nas cláusulas anteriores, a CLÁUSULA QUINTA do Contrato Social passa, doravante, a se expressar com a redação seguinte, *mantidos seus parágrafos respectivos e com suas redações inalteradas*:

Cláusula Quinta – O Capital Social é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada; subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, até a presente data, em moeda corrente nacional, com acervo técnico, lucros acumulados e máquinas e equipamentos; Cuja representação gráfica abaixo, resume e expressa a composição societária atualizada entre os sócios:

<i>SÓCIOS-QUOTISTAS</i>	<i>QUOTAS</i>	<i>UNIT.</i>	<i>VALOR R\$</i>
<i>Ednilson Artioli</i>	<i>25.000.000</i>	<i>1,00</i>	<i>25.000.000,00</i>
<i>Ricardo Alexandre Bernini Bachiega</i>	<i>25.000.000</i>	<i>1,00</i>	<i>25.000.000,00</i>
<i>TOTAIS</i>	<i>50.000.000</i>		<i>50.000.000,00</i>

Cláusula Sexta: Após as mutações e operações acima referidas, os sócios remanescentes, por decisão unânime, RESOLVEM:

- a) DESTITUIR do cargo de Diretor da Sociedade, o Senhor **IVAN ALVARES FERNANDES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 7.323.172, SSP-PR, e inscrição CPF nº. 026.119.499-21, domiciliado na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº. 214, Sala 331, Bairro Jardim Madalena, Campinas-SP, CEP 13091-611, eleito conforme a 16ª. Alteração Contratual registrada na JUCEG sob nº 20231011830, em 13/06/2023; E atestar, por sua vez, que as contas do período da gestão do mesmo restaram devidamente aprovadas e sem ressalvas, com votos de agradecimento pelos serviços prestados à sociedade durante o exercício de suas funções;
- b) ELEGER e nomear, neste ato, para o cargo de Diretor da Sociedade o Senhor **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077.

Cláusula Sétima: Em decorrência da destituição de diretor citado e a eleição e nomeação de novo diretor, procedidas na cláusula anterior, readequa-se o PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato Social, cuja cláusula e seus parágrafos, doravante, passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Décima – A representação legal da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sem designação específica, Sócios ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Reunião e deliberação dos Sócios no Contrato Social ou através de Ata de Assembleia Geral de Quotista, conforme poderes, autorizações, limitações e restrições estabelecidas neste instrumento.

*Parágrafo Primeiro – Foram eleitos e nomeados como Diretores da Sociedade, o Senhor **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077 – eleito e nomeado na forma desta 21ª. Alteração Contratual; E o Senhor **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157 – eleito e nomeado na forma da 16ª. Alteração Contratual, registrada na JUCEG sob nº. 20231011830, em 13/06/2023.*

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das demais atribuições, ficarão a cargo da Diretoria o planejamento global dos negócios da Sociedade, bem como a condução das áreas administrativas, financeiras e operacionais.

Cláusula Oitava: Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso à cargos públicos por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Nona: O que não foi alterado pela presente continua a vigor nos termos do Contrato Social, doravante, expressado pelo contido nesta Consolidação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

***EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077.*

***RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157.*

***ÚNICOS SÓCIOS da EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, sediada na Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de Goiás-JUCEG, NIRE 52203475880, e inscrição CNPJ nº. 15.131.446/0001-22; RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma do direito, promover alterações no Contrato Social e aprovar sua Consolidação, mediante as cláusulas seguintes:*

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

***Cláusula Primeira** – A sociedade tem a denominação de EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA. e é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a ela aplicáveis e, na ocorrência de questões que não possam ser solucionadas pelo Contrato Social ou pela mencionada lei civil, e regida, supletiva e exclusivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, e alterações posteriores.*

***Cláusula Segunda** – A Sociedade tem sua sede na Avenida Raulina Fonseca Paschoal, nº. 2.555, Sala 02, Lot. Santa Helena II, Catalão-GO, CEP: 75704-440; podendo abrir ou encerrar filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação de Sócios-Quotistas representando a maioria do capital social.*

Parágrafo único: A FILIAL I – sediada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº. 214, sala 331, Bairro Jardim Madalena, CEP 13091-611, com início de atividade em 03/12/2021, explorando o mesmo ramo de atividade da matriz e está inscrita no CNPJ nº. 15.131.446/0003-94; e a FILIAL II – sediada na Cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada São José, nº. 131, Galpão 2, Bairro Ponto Chic, CEP 26033-130, com início de atividade em 20/09/2024, explorando o mesmo ramo de atividade da matriz e está inscrita no CNPJ nº. 15.131.446/0004-75.

Cláusula Terceira – A Sociedade tem por objeto social:

- a) Terraplenagem, pavimentação, obras de arte especiais, drenagem, sinalização viária, construção civil, mineração (extração e beneficiamento do minério);
 - b) Desenvolver, elaborar e/ou coordenar a execução de estudos, prestação de assessoria técnica e estruturação de projetos privados para exploração de atividade econômica ou projetos públicos de infraestrutura, por meio de procedimento de manifestação de interesse e/ou outros admitidos em Lei;
 - c) Serviços gerais de conservação, manutenção rodoviária, ferroviária, limpeza e outros de manutenção predial;
 - d) Locação de equipamentos leves e pesados;
 - e) Limpeza pública e rural;
 - f) Coleta e transporte de resíduos sólidos públicos com caminhão compactador;
 - g) Coleta e transporte de resíduos sólidos de mineração;
 - h) Coleta e transporte de resíduos sólidos industriais e comerciais;
 - i) Varrição de vias e logradouros públicos;
 - j) Capina Manual, Mecanizada e química de vias e logradouros públicos;
 - k) Implantação e operação de aterro sanitário;
 - l) Obras rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias;
 - m) Projetos de Engenharia;
 - n) Serviços de usinagem, concretagem, britagem e relacionados;
 - o) Confeção, usinagem e comercialização de concreto betuminoso usinado;
 - p) Administração e locação de moveis e imóveis e a exploração comercial de terminais rodoviários;
 - q) Movimentação de materiais, carga e transporte e logística;
-

- r) *Extração e aproveitamento de minerais não metálicos em geral e beneficiamento associado em todo o território nacional;*
- s) *A participação em outras sociedades como quotista ou acionista.*
- t) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Massa Asfáltica;*
- u) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Brita e Agregados;*
- v) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Concreto (Tipo Portland);*
- w) *Confecção, Usinagem e Comercialização de Artefatos de Concreto.*
- x) *Locação de mão de obra de pessoal para empresa cliente.*

Cláusula Quarta – *A sociedade iniciou suas atividades em 16/02/2012 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.*

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

Cláusula Quinta – *O Capital Social é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) de quotas de R\$ 1,00 (um real) cada; subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, até a presente data, em moeda corrente nacional, com acervo técnico, lucros acumulados e máquinas e equipamentos; Cuja representação gráfica abaixo, resume e expressa a composição societária atualizada entre os sócios:*

<i>SÓCIOS-QUOTISTAS</i>	<i>QUOTAS</i>	<i>UNIT.</i>	<i>VALOR R\$</i>
<i>Ednilson Artioli</i>	<i>25.000.000</i>	<i>1,00</i>	<i>25.000.000,00</i>
<i>Ricardo Alexandre Bernini Bachiega</i>	<i>25.000.000</i>	<i>1,00</i>	<i>25.000.000,00</i>
<i>TOTAIS</i>	<i>50.000.000</i>		<i>50.000.000,00</i>

Parágrafo Primeiro - *De acordo com o artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos os Sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.*

Parágrafo Segundo - *As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, conferindo, cada uma, o direito a um voto nas deliberações sociais.*

Parágrafo Terceiro - *Os Sócios terão preferência para participar do aumento do capital social, na proporção das quotas de que sejam titulares, até 30 (trinta) dias após a deliberação. A eventual cessão do direito de preferência deverá observar, no que lhe for aplicável, o disposto na Cláusula Décima-Quinta deste Contrato Social.*

Parágrafo Quarto - O capital social poderá ser aumentado através de deliberação dos Sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital, com a correspondente alteração do Contrato Social, desde que as quotas estejam totalmente integralizadas.

Cláusula Sexta - Na hipótese de decisão judicial determinando a penhora, ou qualquer outra constrição sobre qualquer quota representativa do capital Social da Sociedade, a Sociedade e o próprio sócio que tenha sofrido a constrição não permitirão que os terceiros beneficiados com tal decisão exerçam direitos de caráter político (direito de voto) oriundos da titularidade das quotas em razão do seu caráter "intuitu personae", cabendo-lhes apenas os direitos de caráter financeiro.

AS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula Sétima - As deliberações dos sócios serão tomadas em Reunião de Sócios, ou através de resolução por escrito.

Parágrafo Primeiro - Dependem da deliberação dos Sócios, além de outras matérias designadas em lei, neste Contrato Social ou em Acordo de Sócios, as seguintes matérias:

- a) a aprovação anual das contas da administração;
- b) a designação, a destituição e a remuneração dos administradores;
- c) a alteração do Contrato Social;
- d) a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
- f) o pedido de recuperação judicial ou a propositura de plano de recuperação extrajudicial.

Parágrafo Segundo - Anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os Sócios devem se reunir para deliberar sobre as contas dos administradores e sobre as demonstrações financeiras do exercício anterior.

Parágrafo Terceiro - A Reunião de Sócios será convocada por qualquer Sócio, sempre que necessário ou nos casos estabelecidos em lei, por meio de cartas e-mail, fax ou qualquer outra forma escrita estabelecida pelos Sócios, dispensadas as formalidades previstas no artigo 1.152, parágrafo 3º do Código Civil quando todos os Sócios comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e matérias a serem deliberadas.

Parágrafo Quarto - As reuniões de Sócios tornam-se dispensáveis quando todos eles decidirem, por escrito, sobre as matérias que sejam seu objeto.

Parágrafo Quinto - Os Sócios podem ser representados nas reuniões por qualquer outro Sócio ou por advogado com mandato no qual estejam especificados os atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com respectiva ata.

Parágrafo Sexto - A Mesa dirigente dos trabalhos deverá acatar e respeitar rigorosamente os efeitos jurídicos de "Acordo de Sócios" que venha a ser arquivado na sede social da Sociedade, devendo abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do referido Acordo de Sócios.

Parágrafo Sétimo - Dos trabalhos e das deliberações nas reuniões de Sócios será lavrada, no "Livro de Atas de Reuniões de Sócios", ata assinada pelos Sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la. Cópia da ata autenticada pelos administradores será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, nos 20 (vinte) dias subseqüentes à reunião, para arquivamento e averbação. Ao Sócio que a solicitar, será entregue cópia autenticada da ata.

Parágrafo Oitavo - Havendo alteração do Contrato Social, exclusivamente no que se refere a direitos de Sócios e objeto social, fusão da Sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra, terá o Sócio que dissentir, o direito de retirar-se da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à reunião, observado o disposto na Cláusula Décima-Nona.

Parágrafo Nono - As deliberações infringentes do Contrato ou da Lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.

Cláusula Oitava - *As deliberações dos Sócios serão tomadas por votos que representem a maioria absoluta do capital social da Sociedade, inclusive as matérias listadas a seguir, ressalvadas as regras específicas previstas neste Contrato Social e em lei, e desde que observadas as regras previstas em Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade.*

- a) eleição e destituição dos Diretores da Sociedade fixando-lhes as atribuições;*
- b) fixação da remuneração dos Diretores.*

Parágrafo Único - *Sem prejuízo do disposto acima, a prática dos seguintes atos e operações dependerá da aprovação de Sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade:*

- a) quaisquer reduções ou aumentos no capital social da Sociedade;*
- b) alteração do objeto social;*
- c) outras hipóteses de alteração do contrato social da Sociedade;*
- d) alteração da política de distribuição de lucros ou antecipação de quaisquer pagamentos a títulos de distribuição de lucros;*
- e) definição quanto à participação da Sociedade no capital social de outras sociedades;*
- f) pedido de recuperação judicial, ou propositura de plano de recuperação extrajudicial e decretação de falência.*

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Nona – *A Administração da Sociedade compete à Diretoria eleita por deliberação dos sócios no Contrato Social ou através de Ata de Reunião de Sócios-Quotistas com as respectivas atribuições conferidas por lei, por este Contrato Social e por eventual Acordo de Sócios devidamente arquivado na sede da Sociedade.*

Parágrafo Primeiro – *Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso à cargos públicos por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.*

Parágrafo Segundo – O montante global da remuneração anual dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, será estabelecida anualmente por deliberação dos Sócios, ocasião em que serão estabelecidos os critérios para rateio da remuneração de cada administrador.

Parágrafo Terceiro – Os administradores da Sociedade são dispensados de prestar caução para garantia de suas gestões.

DA DIRETORIA

Cláusula Décima – A representação legal da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sem designação específica, Sócios ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Reunião e deliberação dos Sócios no Contrato Social ou através de Ata de Assembleia Geral de Quotista, conforme poderes, autorizações, limitações e restrições estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Primeiro – Foram eleitos e nomeados como Diretores da Sociedade, o Senhor **EDNILSON ARTIOLI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 02483816001, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 062.887.718-80, domiciliado na Rua Gago Coutinho, nº. 155, Casa 01, Bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-077 – eleito e nomeado na forma desta 21ª. Alteração Contratual; E o Senhor **RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, portador da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00912353028, DETRAN-SP, e inscrição CPF nº. 213.032.358-89, domiciliado na Rua Tico-Tico, nº. 195, Residencial Parque dos Resedás, Campinas-SP, CEP 13097-157 – eleito e nomeado na forma da 16ª. Alteração Contratual, registrada na JUCEG sob nº. 20231011830, em 13/06/2023.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das demais atribuições, ficarão a cargo da Diretoria o planejamento global dos negócios da Sociedade, bem como a condução das áreas administrativas, financeiras e operacionais.

Cláusula Décima-Primeira - O mandato dos membros da Diretoria será por prazo indeterminado.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo vacância na Diretoria, os sócios deverão eleger o substituto.

Cláusula Décima-Segunda - À Diretoria compete os poderes gerais de representação e administração dos negócios e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída competência à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Bastará a assinatura isolada de 1 (um) Diretor para a prática de atos no curso normal das atividades sociais, tais como:

- a) representação da Companhia (em Juízo ou fora dele, perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, com poderes para receber citações e notificações);
- b) assinatura de documentos junto a repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipal;
- c) contratação e demissão de funcionários, bem como celebração de distratos ou rescisão de contratos celebrados pela Companhia.
- d) representar e assinar todos documentos perante a Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil nos atos relativos à validação da solicitação do certificado digital, podendo praticar todos os atos inerentes ao bom desempenho deste mandato.

Parágrafo Segundo - A outorga de procurações em nome da Sociedade deverá contar, necessariamente, com a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores e, além de mencionarem expressamente a extensão dos poderes conferidos e a finalidade da outorga, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter período de validade limitado a 1 (um) ano.

Cláusula Décima-Terceira - A prática dos atos abaixo será excepcionalmente condicionada à assinatura em conjunto de (i) 2 (dois) Diretores eleitos; ou (ii) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído na forma do artigo anterior:

- a) compra, venda, troca, oneração ou alienação de quaisquer bens imóveis ou participações societárias da Sociedade;*
- b) contratação de empréstimos ou financiamentos com instituições financeiras públicas ou privadas e/ou concessão de garantias pela Sociedade;*
- c) propositura de ações, celebrar de acordos judiciais ou extrajudiciais quando o montante envolvido for igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);*
- d) celebração de quaisquer contratos cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por operação individualmente considerada ou pelo somatório de valores que digam respeito à mesma operação ou prestação;*
- e) abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, assinatura de cheques, emissão de ordens de pagamento, emissão de duplicatas, letras de câmbio, assinatura de vendas e aquisição de mercadorias e serviços, recibos ou documentos similares de quitação;*
- f) todos os demais atos necessários ou convenientes à administração e representação da Sociedade.*

ATOS VEDADOS

Cláusula Décima-Quarta - São expressamente vedados, sendo inoperantes e nulos em relação à Sociedade, os atos de qualquer dos Sócios, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos seus objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula Décima-Quinta - Nenhum dos Sócios poderá alienar, ceder, onerar ou transferir qualquer de suas quotas aos demais Sócios-Quotistas ou a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, dos outros Sócios, que terão absoluta preferência na aquisição de quotas, sob as mesmas condições e preço.

Parágrafo único - A venda, cessão, transferência, penhor, gravame ou qualquer outra forma de disposição das quotas da Sociedade ou de qualquer participação ou direito sobre as quotas da Sociedade deverá observar os termos de Acordos de Sócios devidamente arquivados na sede da Sociedade. Nenhuma venda, cessão, transferência, penhor, gravame ou qualquer outra forma de disposição de quotas da Sociedade terá eficácia a menos e até que os termos e condições estabelecidos em Acordos de Sócios tenham sido totalmente cumpridos.

EXCLUSÃO DE SÓCIO-QUOTISTA

Cláusula Décima-Sexta - Os Sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social da Sociedade, entendendo que um ou mais Sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluir os demais Sócios por justa causa, mediante alteração do Contrato Social, caso um Sócio não cumpra com suas obrigações, conforme previsto no artigo 1.085 do Código Civil.

Parágrafo Primeiro – Conforme o artigo 1.085 acima mencionado, entende-se por "justa causa":

- (i) a injustificada falta de cooperação com as políticas e estratégias da Sociedade, as quais são estabelecidas pelos Sócios; e/ou
- (ii) a falta de integralização do capital social subscrito, dentro do prazo estabelecido neste Contrato Social; e/ou
- (iii) perda da "affectio societatis"; e/ou
- (iv) solicitação ou contratação de qualquer administrador, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços para fins pessoais; e/ou
- (v) a sobreposição de interesses pessoais aos interesses da Sociedade, bem como a criação de desavenças, injúrias graves, acusações difamatórias que direta ou indiretamente comprometam a imagem da Sociedade e a condução de suas atividades.

Parágrafo Segundo - A exclusão de Sócios será determinada em reunião especialmente convocada para esse fim. Os Sócios deverão convocá-la no prazo de 8 (oito) dias, prazo este suficiente para dar ciência ao Sócio sujeito à exclusão, permitindo o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Terceiro – A notificação do Sócio sujeito à exclusão poderá ser feita, entre outras formas, por meio de e-mail ou carta registrada, sendo que o seu não comparecimento será caracterizado como confissão.

Parágrafo Quarto – Os haveres do Sócio excluído serão calculados nos moldes da Cláusula Décima-Nona e seguintes do presente instrumento.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Cláusula Décima-Sétima – O exercício social da Sociedade coincidirá com o ano civil. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados da Sociedade, obedecidas todas as prescrições legais, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro – A aprovação, sem reservas, das demonstrações financeiras, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração. O direito de anular esta aprovação se extingue em 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo – A Sociedade poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação dos Sócios, declarar e distribuir lucros à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros.

Parágrafo Terceiro – Como regra os lucros eventualmente auferidos serão distribuídos aos Sócios proporcionalmente à participação de cada um destes no capital social. Não obstante, havendo deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social e aprovação de forma unânime, devidamente formalizadas em Atas, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente à participação de cada um destes no capital social.

Parágrafo Quarto – Os Sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas a qualquer título, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital social.

LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO, IMPEDIMENTO E RETIRADA DA SOCIEDADE

Cláusula Décima-Oitava - A Sociedade será liquidada nas situações previstas em lei e será dissolvida conforme deliberação de Sócios representando pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social da Sociedade.

Parágrafo Único - Nos eventos de liquidação e dissolução da Sociedade, os Sócios, representando a maioria do capital social, deverão nomear um terceiro para gerenciar a liquidação ou dissolução, estabelecendo seus poderes. Neste caso, os haveres da Sociedade deverão ser destinados ao pagamento das dívidas de responsabilidade da Sociedade, e o montante remanescente deverá ser rateado entre os Sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula Décima-Nona - Na hipótese de falecimento, impedimento, falência, retirada, dissolução ou exclusão de qualquer Sócios, a Sociedade não será dissolvida, e prosseguirá existindo com os Sócios remanescentes, salvo se os Sócios representando a maioria do capital social decidam dissolver a Sociedade.

Parágrafo Primeiro - Em caso de falecimento, impedimento, retirada, falência, dissolução ou exclusão de Sócio, o valor de sua(s) quota(s), considerada(s) pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, conforme avaliação a ser elaborada por empresa de auditoria externa ou instituição financeira de primeira linha, contratada pela Sociedade, adotando-se como data-base a data da resolução. O pagamento deverá ser corrigido monetariamente de acordo com o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") e, em caso de extinção ou não-aplicabilidade deste índice, a correção monetária deverá ocorrer de acordo com outra taxa que corresponda ou substitua o IGP-M/FGV.

Parágrafo Segundo - A primeira parcela devida ao Sócio falecido, impedido, falido, retirado ou dissolvido deverá ser paga dentro de 3 (três) meses a contar da data do evento, na forma prevista no parágrafo abaixo.

Parágrafo Terceiro - A quantia devida ao Sócio excluído deverá ser paga dentro de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do arquivamento do documento societário que aprovar a exclusão perante o Registro Público de Empresas Mercantis, sendo o valor corrigido monetariamente, segundo o índice previsto acima.

Parágrafo Quarto - O falecimento, impedimento, falência, retirada, dissolução ou exclusão de Sócio não o exime, nem aos seus sucessores, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos depois do registro da correspondente resolução da Sociedade.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Cláusula Viséxima - Se quaisquer disputas ou conflitos (doravante referidos conjuntamente como "Conflito"), de qualquer natureza, surgirem em relação a este Contrato Social, os Sócios envidarão seus melhores esforços para solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e caso falharem em chegar a um consenso, então o Conflito será resolvido definitivamente e

exclusivamente por arbitragem, com sede em São Paulo, de acordo com a Lei nº 9.307/96. A administração do procedimento arbitral caberá ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. A Arbitragem será conduzida de acordo com as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento") vigentes na ocasião da arbitragem, exceto conforme essas regras possam ser modificadas por este Contrato Social ou por acordo mútuo das Partes.

Parágrafo Primeiro - *O local da arbitragem será São Paulo/SP, Brasil e tal arbitragem será conduzida em português, ficando ressalvado, contudo, que qualquer um dos Sócios poderá apresentar depoimentos ou provas documentárias em qualquer língua, se fornecer, a pedido do outro Sócio, uma tradução para o português desse depoimento ou prova documentária, aplicando-se unicamente o direito brasileiro.*

Parágrafo Segundo - *A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, os quais serão indicados pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na forma de seu Regulamento.*

Parágrafo Terceiro - *A Parte derrotada deverá arcar com os custos e despesas do processo de arbitragem, inclusive honorários advocatícios, conforme determinado na sentença arbitral.*

Parágrafo Quarto - *Os processos arbitrais devem continuar a ser conduzidos mesmo diante da recusa ou abstenção de uma das Partes no processo.*

Cláusula Viséxima-Primeira - *As Partes elegem o foro central da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, unicamente para a propositura de:*

- (i) ação cautelar preparatória;*
 - (ii) a ação anulatória de que trata o art. 33 da Lei nº 9.307/96;*
 - (iii) ação de execução da sentença arbitral;*
 - (iv) execução de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais;*
 - (v) obrigações que comportam execução específica e*
 - (vi) ações relativas a litígios que não possam ser resolvidos por arbitragem, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 9.307/96, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem.*
-

E por estarem de pleno acordo com os termos aqui expressos, assinam o presente Instrumento em UMA VIA para todos os fins legais.

Catalão - GO, 02 de maio de 2025.

(Assinado via Certificado Digital)

GROS ENGENHARIA E AMBIENTAL LTDA.

Ricardo Alexandre Bernini Bachiega - Sócio Administrador
Sócia/Retirante

(Assinado via Certificado Digital)

EDNILSON ARTIOLI

Sócio/Admitido

(Assinado via Certificado Digital)

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Sócio

(Assinado via Certificado Digital)

EDNILSON ARTIOLI

Diretor/Administrador - ADMITIDO

(Assinado via Certificado Digital)

RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA

Diretor/Administrador

(Assinado via Certificado Digital)

IVAN ALVARES FERNANDES

Diretor/Administrador – DESTITUÍDO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02611949921	
06288771880	
21303235889	

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: EGP - EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA NIRE : 52203475880 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: GOC2500802686		
NIRE (Sede) 52203475880		CNPJ 15.131.446/0001-22		Data de Ato Constitutivo 10/07/2015	
Início de Atividade 16/02/2012					
Endereço Completo Avenida RAULINA FONSECA PASCOAL, Nº 2.555, SALA 02, LOTEAMENTO SANTA HELENA II - Catalão/GO - CEP 75704-440					
Objeto Social A TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACAO, OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, DRENAGEM, SINALIZACAO VIARIA, CONSTRUCAO CIVIL, MINERACAO EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DO MINERIO, B DESENVOLVER, ELABORAR E OU COORDENAR A EXECUCAO DE ESTUDOS, PRESTACAO DE ASSESSORIA TECNICA E ESTRUTURACAO DE PROJETOS PRIVADOS PARA EXPLORACAO DE ATIVIDADE ECONOMICA OU PROJETOS PUBLICOS DE INFRAESTRUTURA, POR MEIO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTACAO DE INTERESSE E OU OUTROS ADMITIDOS EM LEI, C SERVICOS GERAIS DE CONSERVACAO, MANUTENCAO RODOVIARIA, FERROVIARIA, LIMPEZA E OUTROS DE MANUTENCAO PREDIAL, D LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS, E LIMPEZA PUBLICA E RURAL, F COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS PUBLICOS COM CAMINHAO COMPACTADOR, G COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS DE MINERACAO, H COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, I VARRICAO DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, J CAPINA MANUAL, MECANIZADA E QUIMICA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, K IMPLANTACAO E OPERACAO DE ATERRO SANITARIO, L OBRAS RODOVIARIAS, FERROVIARIAS, AEROPORTUARIAS, M PROJETOS DE ENGENHARIA, N SERVICOS DE USINAGEM, CONCRETAGEM, BRITAGEM E RELACIONADOS, O CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO, P ADMINISTRACAO E LOCACAO DE MOVEIS E IMOVEIS E A EXPLORACAO COMERCIAL DE TERMINAIS RODOVIARIOS, Q MOVIMENTACAO DE MATERIAIS, CARGA E TRANSPORTE E LOGISTICA R EXTRACAO E APROVEITAMENTO DE MINERAIS NAO METALICOS EM GERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL, S A PARTICIPACAO EM OUTRAS SOCIEDADES COMO QUOTISTA OU ACIONISTA, T CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE MASSA ASFALTICA, U CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE BRITA E AGREGADOS, V CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE CONCRETO TIPO PORTLAND, W CONFECCAO, USINAGEM E COMERCIALIZACAO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, X LOCACAO DE MAO DE OBRA DE PESSOAL PARA EMPRESA CLIENTE.					
Capital Social R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais)			Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais)					
Dados do Sócio					
Nome EDNILSON ARTIOLI	CPF/CNPJ 062.887.718-80	Participação no capital R\$ 25.000.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Nome RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA	CPF/CNPJ 213.032.358-89	Participação no capital R\$ 25.000.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome EDNILSON ARTIOLI	CPF 062.887.718-80	Término do mandato Indeterminado			
Nome RICARDO ALEXANDRE BERNINI BACHIEGA	CPF 213.032.358-89	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento					Situação ATIVA
Data 27/05/2025	Número 20251229157	Ato/eventos 002 / 071 - CESSÃO DE QUOTAS EM INSTRUMENTO APARTADO			Status SEM STATUS
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela					
1 - NIRE: 35920150763 Endereço Completo AVENIDA DOUTOR JOSE BONIFACIO COUTINHO NOGUEIRA, Nº 214, SALA 331 , JARDIM MADALENA, Campinas, SP, CEP: 13091611		CNPJ: 15.131.446/0003-94			
2 - NIRE: 33901650479 Endereço Completo ESTRADA SAO JOSE, Nº 131, GALPAO2 , PONTO CHIC, Nova Iguaçu, RJ, CEP: 26033130		CNPJ: 15.131.446/0004-75			
Observações: TENDO EM VISTA A REQUISICÃO Nº 19.00.01.01.41, EXPEDIDO(A) PELO SR. LUIZ CARLOS APARECIDO ANEZIO, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL- BAURU, NO QUAL DETERMINA QUE SEJA REALIZADO O ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS EM NOME DO CONTRIBUINTE: TRANSVALE -PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM, CNPJ Nº74.963.896/0001-78, NA EMPRESA EGP- EMPRESA GLOBAL DE PROJETOS E OBRAS LTDA - NIRE 52203475880, CNPJ Nº15.131.446/0001-22. O ARROLAMENTO RECAIRÁ NO MONTANTE DE R\$229.727,02 REAIS. SENDO QUE A OCORRENCIA DE ALIENAÇÃO, TRANSFERENCIA OU ONERAÇÃO DE QUALQUER DOS BENS OU DIREITOS, DEVERA COMUNICAR A RECEITA FEDERAL, NO PRAZO DE 48 HORAS					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 29/05/2025, às 14:35:38 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.portaldodoempreendedorgoiano.go.gov.br>, com o código QCDZNMKM.

SUZANA FONTES BORGES FILETI
Secretário-Geral